A PERDA DO SOBRENOME ACRESCIDO AO CÔNJUGE/COMPANHEIRO DECLARADO CULPADO: UMA LEITURA SISTEMÁTICA ACERCA DA INCONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.578 DO CÓDIGO CIVIL (CC)

THE LOSS OF THE SURNAME ADDED TO THE SPOUSE/PARTNER FOUND GUILTY: A SYSTEMATIC READING OF THE UNCONSTITUTIONALITY OF ART. 1.578 OF THE CIVIL CODE

Gustavo Henrique Brocardo Körner¹

RESUMO: Ao consolidar o Estado Democrático de Direito, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) reafirmou o compromisso com a igualdade material, a dignidade da pessoa humana e a liberdade individual. No campo do Direito de Família, essa transformação conduziu a uma interpretação que priorizou a proteção às relações familiares e valorizou a afetividade, a igualdade de direitos entre os cônjuges e a autonomia privada. Nesse contexto, o presente artigo analisa, sob uma leitura sistemática, a constitucionalidade do artigo 1.578 do Código Civil – que prevê a perda do sobrenome do cônjuge declarado culpado pela dissolução do casamento. Assim, por meio do método dedutivo e da pesquisa bibliográfica, o trabalho se iniciou com a abordagem do processo de constitucionalização do Direito de Família, destacando a releitura dos institutos familiares sob a ótica dos direitos fundamentais. Em seguida, discorreu-se sobre a evolução normativa e jurisprudencial referente à mudança de sobrenome no casamento e na união estável, com destaque nas inovações trazidas pela Lei 14.382/2022. Por fim, foi realizada uma análise crítica acerca da incompatibilidade do artigo 1.578 do Código Civil com a normativa constitucional, ressaltando como o dispositivo pode violar a dignidade humana, a igualdade substancial e os direitos da personalidade. Concluiu-se que, apesar dos avanços trazidos pela constitucionalização do Direito de Família, a manutenção de dispositivos como o artigo 1.578 representa um retrocesso incompatível com os valores democráticos da CRFB/88. Dessa forma, este artigo contribui para o debate acerca da necessidade de revisão de legislações infraconstitucionais, reafirmando a importância de um ordenamento jurídico que respeite plenamente a dignidade e a autonomia dos indivíduos.

Palavras-chave: Sobrenome. Cônjuge. Companheiro. Perda. Culpa. Inconstitucionalidade.

ABSTRACT: In consolidating the Democratic Rule of Law, the Constitution of the Federative Republic of Brazil (CRFB/88) reaffirmed its commitment to material equality, human dignity and individual freedom. In the field of Family Law, this transformation has led to an interpretation that prioritizes the protection of family relationships, values affection, equal

¹ Especialista em Direito das Famílias e Sucessões, Direito Constitucional e Direito e Processo Penal, todos pela Academia Brasileira de Direito Constitucional (ABDConst). Bacharel em Direito pela Universidade do Oeste de Santa Catarina (Unoesc), campus de Joaçaba/SC. Atualmente é Servidor Público da Defensoria Pública do Estado de Santa Catarina (DPE/SC) e Advogado. Contato: gustavohbkorner@gmail.com. Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/8781335415142699> | Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2396-9223>.

rights between spouses and private autonomy. In this context, this article analyzes, under a systematic reading, the constitutionality of article 1.578 of the Civil Code - which provides for the loss of the surname of the spouse found guilty of dissolving the marriage. Thus, using the deductive method and bibliographical research, the work began with an approach to the process of constitutionalization of Family Law, highlighting the re-reading of family institutes from the perspective of fundamental rights. Next, we discussed the normative and jurisprudential evolution regarding the change of surname in marriage and stable unions, with emphasis on the innovations brought about by Law 14.382/2022. Lastly, a critical analysis was made of the incompatibility of Article 1.578 of the Civil Code with constitutional norms, highlighting how the provision can violate human dignity, substantial equality and personality rights. It is concluded that, despite the advances brought about by the constitutionalization of Family Law, maintaining provisions such as article 1.578 represents a step backwards that is incompatible with the democratic values of the CRFB/88. In this way, this article contributes to the debate on the need to revise infra-constitutional legislation, reaffirming the importance of a legal system that fully respects the dignity and autonomy of individuals.

Keywords: Surname. Spouse. Companion. Loss. Guilt. Unconstitutionality.

1 INTRODUÇÃO

Ao consolidar o Estado Democrático de Direito, a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB/88) (BRASIL, 1988) estabeleceu a dignidade da pessoa humana, a igualdade substancial e a liberdade individual como fundamentos essenciais para a construção de uma sociedade pluralista, justa e solidária. Esse marco normativo transformou o ordenamento jurídico brasileiro e direcionou os institutos do Direito para a efetivação dos direitos fundamentais e à promoção de valores democráticos.

No âmbito do Direito de Família, essa mudança foi especialmente expressiva: a constitucionalização dos institutos familiares não apenas rompeu com paradigmas tradicionais, mas também promoveu uma interpretação que prioriza a proteção à dignidade e à afetividade nas relações familiares. Assim, princípios como a igualdade entre os cônjuges e a liberdade individual passaram a reconfigurar a aplicação jurídica no campo das famílias.

Todavia, ainda que esses avanços tenham representado um marco nas re-

lações familiares, ainda é possível observar na legislação exemplos de contraposição que aparentam contrariar a normativa constitucional – como é o caso do artigo 1.578² do Código Civil, que prevê a perda do sobrenome do cônjuge declarado culpado na dissolução do casamento. Esta previsão, além de suscitar questionamentos quanto à sua harmonia com a normativa constitucional, revela a manutenção de resquícios calcados em antigas concepções conjugais.

Neste sentido, este artigo aborda, por intermédio de uma leitura sistemática, brevemente a constitucionalização do Direito de Família e as implicações da mudança de sobrenome no casamento e na união estável. E, por fim, questiona a compatibilidade do artigo 1.578 do Código Civil (BRASIL, 2002) com a previsão constitucional, dada a sua potencial violação à autonomia individual e aos direitos da personalidade.

No problema de pesquisa, indagou-se: sob a perspectiva da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e do direito à personalidade, é possível considerar o artigo 1.578 do Código Civil compatível com a dignidade da pessoa humana e a igualdade substancial entre os cônjuges?

Assim, no Capítulo 2, foram apresentadas as bases da constitucionalização do Direito de Família – enfatizando a releitura dos institutos familiares sob a ótica constitucional e os impactos dessa transformação sobre a igualdade e a autonomia privada.

Em seguida, no Capítulo 3, discorreu-se sobre a evolução normativa e jurisprudencial acerca da mudança de sobrenome no casamento e na união estável, destacando as inovações trazidas pela Lei 14.382/2022 (BRASIL, 2022) e o reconhecimento da liberdade individual.

Por fim, no Capítulo 4, analisou-se a inconstitucionalidade do artigo 1.578 do

² Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

I - evidente prejuízo para a sua identificação;

II - manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III - dano grave reconhecido na decisão judicial.

§ 1º O cônjuge inocente na ação de separação judicial poderá renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o sobrenome do outro.

§ 2º Nos demais casos caberá a opção pela conservação do nome de casado.

Código Civil, com fundamento na doutrina, jurisprudência e princípios constitucionais que refutam a manutenção de critérios de culpa na dissolução conjugal.

Para tanto, adotou-se o método dedutivo e a pesquisa bibliográfica, fundamentada em doutrinas, legislações e decisões judiciais, para explorar de forma crítica e analítica os impactos da constitucionalização e a eventual incompatibilidade do artigo 1.578 do Código Civil com o texto constitucional.

2 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO DIREITO DE FAMÍLIA BRASILEIRO

Iniciada com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a constitucionalização dos ramos do Direito no Brasil representou uma evolução marcante no ordenamento jurídico.

Esse processo introduziu princípios que redesenharam institutos tradicionais e lhes conferiu uma nova dimensão interpretativa. A dignidade da pessoa humana (art. 1º, inc. III, CRFB/88) (BRASIL, 1988) e a igualdade substancial (art. 5º, inc. I, CRFB/88) (BRASIL, 1988) passaram a constituir os pilares fundamentais para a interpretação das normas de Direito de Família – promovendo o respeito e a proteção aos direitos individuais.

Silva (2016, p. 42-43) destaca que essa "nova concepção da Constituição" resultou em uma transformação significativa na maneira de compreender e aplicar o Direito. Segundo o autor, "todas as normas jurídicas, inclusive aquelas dos ramos do Direito Civil, Penal e Trabalhista, passaram a ser interpretadas a partir dos princípios constitucionais".

Barroso e Barcellos (2003, p. 336), por sua vez, referem-se à "releitura constitucional" como um ideário abrangente que integra valores, princípios, regras e a teoria dos direitos fundamentais, fundamentando-se na dignidade humana.

Nesse contexto, o Direito brasileiro abandonou progressivamente o formalismo positivista e promoveu uma revisão substancial dos institutos jurídicos sob a ótica constitucional. Esse processo, descrito por Tartuce (2022) como um "diálogo entre o Código Civil e a Constituição Federal", consolidou a centralidade da proteção à pessoa humana como valor supremo do ordenamento jurídico e reconheceu

a eficácia horizontal dos direitos fundamentais com a aplicação imediata nas relações.

Fachin (2012, p. 89) enfatiza que a dicotomia entre público e privado foi gradativamente substituída pela influência constitucional, que transformou a base do Direito Civil. Assim, no campo do Direito de Família, os artigos 226 e 227 da Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) promoveram uma adequação principiológica – reconhecendo a igualdade de direitos entre homens e mulheres, a dignidade equiparada entre casamento e união estável e o rompimento com o patriarcalismo predominante até então.

Madaleno (2022, p. 72-73) destaca que uma das transformações mais relevantes promovidas pela Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 no campo do Direito de Família foi a consagração de uma proteção rigorosa aos elementos que integram a estrutura humana, repudiando qualquer forma de discriminação entre os gêneros. No mesmo sentido, Muniz e Oliveira (2001, p. 12) ressaltam a transição paradigmática da família patriarcal para o modelo nuclear, assinando esse fenômeno como um marco histórico na evolução das relações familiares e da percepção de seus valores.

Outrossim, a Constituição de 1988 (BRASIL, 1988) afastou a hierarquização entre os gêneros. Schreiber (2024, p. 1034-1035) expõe que, com a emancipação feminina, teve-se início uma proliferação de novos modos de convivência familiar – de modo que continuamente se abandonou a conceituação de família fundada em elementos puramente estruturais e se passou por uma flexibilização guiada pela atuação da mulher como colaboradora igualitária no seio familiar.

Outro aspecto fundamental dessa transformação foi a valorização da afetividade. Como destaca Nery (2013), o Direito de Família estabeleceu bases sólidas para proteger relações interpessoais que extrapolam os laços matrimoniais, privilegiando o afeto, a lealdade e a solidariedade sociofamiliar.

Calderón (2020, p. 141-142) reforça que o novo paradigma do Direito de Família está intrinsecamente relacionado à afetividade – elemento central para a definição das entidades familiares. Esse modelo ampliado deu origem a demandas inéditas, como uniões homoafetivas, vínculos socioafetivos, multiparentalidade e

inseminações artificiais, de modo a desafiar o ordenamento jurídico a regulamentar cenários complexos e dinâmicos.

Portanto, a ideia de uma família tradicional foi substituída por um conceito mais flexível que reconheceu a multiplicidade dos arranjos familiares e a autonomia dos indivíduos nas escolhas afetivas. A constitucionalização do Direito de Família também trouxe o pluralismo e amplitude nas relações familiares, fundamentadas na dignidade humana, igualdade e afetividade – o que reafirmou a proteção às múltiplas configurações familiares e a busca pelo bem-estar de seus membros com o compromisso de construção de uma sociedade mais inclusiva, justa e solidária.

3 MUDANÇA DO SOBRENOME NO CASAMENTO/UNIÃO ESTÁVEL

Conforme supramencionado, a constitucionalização dos ramos do direito – fundamentada principalmente na aplicação dos princípios da dignidade da pessoa humana e da igualdade substancial – influenciou de forma decisiva a interpretação do ordenamento jurídico. Essa evolução refletiu, no Direito de Família, a paridade de direitos e deveres entre os cônjuges e estabeleceu que os efeitos do casamento são igualmente exercidos por ambos os membros da união.

Assim, a modificação do sobrenome no casamento, prevista no artigo 1.565, § 1^o, do Código Civil (BRASIL, 2002), passou a ser entendida como uma possibilidade acessível a qualquer dos nubentes – rompendo a exclusividade anteriormente atribuída às mulheres. Essa flexibilização reafirmou a autonomia privada e o direito à personalidade, bem como permitiu que ambos os cônjuges mantenham ou alterem seus sobrenomes conforme suas preferências pessoais.

Dias (2017, p. 129) observa que a igualdade substancial entre homens e mulheres possibilita que qualquer um dos noivos adote o patronímico⁴ do outro, ou

³ Art. 1.565. Pelo casamento, homem e mulher assumem mutuamente a condição de consortes, companheiros e responsáveis pelos encargos da família.

§ 1^o Qualquer dos nubentes, querendo, poderá acrescer ao seu o sobrenome do outro.

⁴ O referido termo possui origem na palavra latina *pater*, que significa "pai" – refletindo uma associação com a posição masculina na identificação dos descendentes (característica predominante nas sociedades patriarcais antigas). No entanto, na contemporaneidade, a utilização desse termo deixou de carregar a perspectiva exclusivamente masculina e refletiu o reconhecimento da igualdade de gênero e a valorização da diversidade das estruturas familiares. Assim, o conceito de sobrenome

mesmo que ambos realizem a troca, dado que não há vedação legal à permuta. Farias e Rosenvald (2015, p. 244) complementam explicando que a antiga tradição de domínio masculino, pela qual apenas a mulher assumia o sobrenome do marido, foi superada: atualmente, o acréscimo de sobrenomes é facultativo, podendo ser realizado por qualquer cônjuge ou por ambos.

Essa interpretação moderna encontra respaldo na jurisprudência: em 2005, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que o nome civil, como atributo da personalidade, pode incluir ou excluir sobrenomes mediante casamento, desde que não prejudique a ancestralidade ou a sociedade (BRASIL, 2005):

NOME CIVIL. SUPRESSÃO DE PATRONÍMICO. POSSIBILIDADE. DIREITO DA PERSONALIDADE. Desde que não haja prejuízo à ancestralidade, nem à sociedade, é possível a supressão de um patronímico, pelo casamento, pois o nome civil é direito da personalidade (STJ, REsp. 662.799/MG, Rel. Min. Castro Filho, julgado em: 8/11/2005).

Esta flexibilização se estendeu na jurisprudência para permitir que, mesmo após o casamento, o cônjuge possa alterar o nome, retornando ao original ou incluindo sobrenomes, desde que haja justificativa e não se cause prejuízo a terceiros (MINAS GERAIS, 2009).

Ademais, os tribunais estaduais consolidaram o entendimento de que o acréscimo do sobrenome pode ocorrer a qualquer tempo, durante a relação conjugal e independentemente de a alteração ter sido solicitada na habilitação matrimonial. Essa prerrogativa refletiu a dinâmica das relações familiares e preservou o direito à identidade familiar, desde que realizada mediante procedimento judicial (PARANÁ, 2024) (PARANÁ, 2022) (MATO GROSSO DO SUL, 2022):

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. PROPOSITURA DA AÇÃO VISANDO A RETIFICAÇÃO E UNIFORMIZAÇÃO DO NOME DA REQUERENTE PARA QUE CONSTE “LEONI TULIO DE LARA” EM TODOS OS DOCUMENTOS E CERTIDÕES, HAJA VISTA A EXISTÊNCIA DE DIVERGÊNCIA DE REGISTROS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA PARA ORDENAR A RETIFICAÇÃO: DO ASSENTO DE NASCIMENTO DA AUTORA PARA QUE PASSE A CONSTAR O NOME DA REGISTRADA COMO “LEONI TULIO”; DO ASSENTO DE CASAMENTO DA AUTORA, PARA QUE, NO CAMPO DESTINADO AOS NOMES, ONDE CONSTA “LEONYR IRACY TULIO”, PASSE A

foi ampliado e passou a ser entendido como um elemento de identificação pessoal e familiar que transcende a questão do gênero e da ascendência paterna exclusiva.

CONSTAR “LEONI TULIO”, NO CAMPO DESTINADO AOS NOMES COMPLETOS DE SOLTEIRO, DATAS DE NASCIMENTO, NATURALIDADE, NACIONALIDADE E FILIAÇÃO DOS CÔNJUGES, ONDE CONSTA “LEONYR IRACY TULIO”, PASSE A CONSTAR LEONI TULIO, NO CAMPO DESTINADO AO NOME QUE CADA UM DOS CÔNJUGES PASSOU A UTILIZAR (QUANDO HOUVER ALTERAÇÃO), PASSE A CONSTAR “LEONI TULIO DE LARA”. INSURGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO. **1. ALEGAÇÃO DE QUE A INSERÇÃO DO SOBRENOME MARITAL SOMENTE É POSSÍVEL NA CONSTÂNCIA DO CASAMENTO. SEM RAZÃO. CONJUNTO PROBATÓRIO ATESTANDO O USO DO SOBRENOME DO CÔNJUGE PELA REQUERENTE HÁ MUITOS ANOS. AÇÃO AJUIZADA UNICAMENTE PARA UNIFORMIZAR O NOME EM TODOS OS REGISTROS, CORRIGINDO O PRENOME DE “LEONYR” PARA “LEONI” E INSERINDO O NOME DE FAMÍLIA, QUAL SEJA, TULIO. VERDADE MATERIAL APLICADA AOS REGISTROS PÚBLICOS. ENTENDIMENTO JURISPRUDENCIAL DO STJ NO SENTIDO DE QUE O ACRÉSCIMO É PERMITIDO A QUALQUER TEMPO. PRESENÇA DE JUSTO MOTIVO E AUSÊNCIA DE PREJUÍZO A TERCEIRO. 2. SENTENÇA MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.** (TJPR, Apelação Cível n. 0001517-64.2023.8.16.0179 (Acórdão). Rel. Tito Campos de Paula Desembargador, julgado em: 09/09/2024) (grifo nosso).

Direito Civil. Direito Processual Civil. Apelação Cível. Ação de Retificação de Registro Civil. Nome. Direito da Personalidade. Inclusão de Sobrenome do Cônjuge após Celebração do Casamento. Art. 56 da Lei n. 6.015/73 (Lei de Registros Públicos). Princípio da Imutabilidade. Art. 58 da Lei n. 6.015/73 (Lei de Registros Públicos). Possibilidade de Flexibilização. Ausência de Prazo para Manifestação da Vontade de Acréscimo do Nome. Justo Motivo Configurado. Continuidade da Estirpe Familiar Caracterizada. Precedentes Jurisprudenciais. **1. Dada à multiplicidade de circunstâncias da vida humana, a opção conferida pela legislação de inclusão do sobrenome do outro cônjuge não pode ser limitada, de forma peremptória, à data da celebração do casamento, uma vez que podem surgir circunstâncias em que a mudança se faça conveniente ou necessária em período posterior, enquanto perdura o vínculo conjugal.** (STJ – 4ª Turma – REsp. n. 910.094 SC 2006/0272656-9 – Rel.: Min. Raul Araújo – j. 04.09.2012 – DJe 19/06/2013) **2. O § 1º do art. 1.565 da Lei n. 10.406/2002 (Código Civil) não impõe limitação temporal para a retificação do registro civil e o acréscimo de patronímico do outro cônjuge por retratar manifesto direito de personalidade.** (STJ – 3ª Turma – REsp. n. 1.648.858/SP – Rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva – j. 20.08.2019 – DJe 28/08/2019) **3. Recurso de apelação cível conhecido, e, no mérito, não provido.** (TJPR, Apelação Cível n. 0000602-49.2022.8.16.0179 (Acórdão). Rel. Ricardo Augusto Reis de Macedo, julgado em: 05/12/2022) (grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL - RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL – PRETENSÃO DE INSERÇÃO DO SOBRENOME DO CÔNJUGE EM REGISTRO CIVIL DE CASAMENTO - INEXISTÊNCIA DE PREJUÍZO A TERCEIROS – RECONHECIMENTO SOCIAL DO NOME - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 01. A segurança jurídica, que se extrai do registro, cede lugar ao dever de respeito à própria individualidade do ser humano, consectário da sua personalidade, que se explicita, em grande parte, pelo nome com o qual o indivíduo é reconhecido socialmente (Resp nº 1.279.952/MG, 3ª T/STJ, rel. Min. Ricardo Villas Bôas Cueva, DJ 12/2/2015). 03. A Lei n.

6.015/1973 não proíbe a alteração dos dados constantes de registro civil, como se vê, por exemplo, do artigo 57 que, em seu caput, **admite a alteração posterior do nome por exceção e motivadamente mediante sentença do juiz. A inserção do patronímico do marido é possível, quando as circunstâncias do caso evidenciam a ausência de prejuízo a direitos de terceiros ou à identificação social da autora.** 04. Recurso conhecido e provido. (TJMS, Apelação Cível n. 0803325-39.2020.8.12.0001. Rel. Des. Vladimir Abreu da Silva, julgado em: 19/05/2022) (grifo nosso).

No caso da união estável, a inclusão do sobrenome do companheiro também foi admitida pela jurisprudência.

Isso porque, apesar da ausência de previsão específica no Código Civil, a sua aplicação analógica permitiu tal alteração por meio de procedimento judicial (arts. 57⁵ e 109⁶ da Lei 6.015/73) (BRASIL, 1973), quando fundamentada na consolidação da identidade familiar e na proteção dos direitos da personalidade (MINAS GERAIS, 2022) (PARANÁ, 2019):

APELAÇÃO CÍVEL - ALTERAÇÃO DE REGISTRO CIVIL - PRELIMINAR - CERCEAMENTO DE DEFESA - REJEITADA - MÉRITO - INCLUSÃO DE SOBRENOMES AO NOME - APELIDO NOTÓRIO - HIPÓTESE NÃO ENQUADRADA NA LEI DE REGISTROS PÚBLICOS - SOBRENOMES QUE NÃO PERTENCEM À FAMÍLIA DO REQUERENTE - ACRÉSCIMO INDEVIDO - SENTENÇA MANTIDA. [...] - Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, as hipóteses legais que permitem a alteração de sobrenome são a adoção, o casamento, a união estável, a separação judicial, o divórcio, a declaração de nulidade ou de anulação do casamento e a inclusão de sobrenome de ascendente, desde que não prejudique o patronímico dos demais ascendentes. - O sobrenome é direito inerente à personalidade e, enquanto identificador da estirpe do indivíduo, tem relevância tanto

⁵ Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

I - inclusão de sobrenomes familiares; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

II - inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

III - exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

IV - inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

⁶ Art. 109. Quem pretender que se restaure, supra ou retifique assentamento no Registro Civil, requererá, em petição fundamentada e instruída com documentos ou com indicação de testemunhas, que o Juiz o ordene, ouvido o órgão do Ministério Público e os interessados, no prazo de cinco dias, que correrá em cartório. (Renumerado do art. 110 pela Lei nº 6.216, de 1975).

para quem o ostenta quanto para a sociedade, pelo que deve espelhar a verdade sobre sua origem. - A existência de homônimo não é razão bastante para permitir a inclusão, no nome de indivíduo, de sobrenome que não guarda qualquer relação com sua ancestralidade, não se tratando de apelido de família (TJMG, Apelação Cível n. 1.0000.22.004547-0/001. Rel. Luís Carlos Gambogi, julgado em: 24/03/2022) (grifo nosso).

APELAÇÃO. AÇÃO DE RETIFICAÇÃO DE REGISTRO CIVIL. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. NEGATIVA DE INCLUSÃO DO SOBRENOME DO COMPANHEIRO. INSURGÊNCIA DOS AUTORES. VIABILIDADE DA INCLUSÃO DO SOBRENOME DO COMPANHEIRO. PROTEÇÃO DA FAMÍLIA GARANTIDA PELA CONSTITUIÇÃO. APLICABILIDADE DO ARTIGO 1.565, §1º, DO CÓDIGO CIVIL. PRECEDENTES DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. REQUISITOS PRESENTES. UNIÃO ESTÁVEL FORMALIZADA POR MEIO DE INSTRUMENTO PÚBLICO. ANUÊNCIA DO COMPANHEIRO CUJO NOME SERÁ ADOTADO. RECURSO PROVIDO (TJPR, Apelação Cível n. 0004197-66.2016.8.16.0179. Rel. Mario Nini Azzolini Desembargador, julgado em: 22/04/2019) (grifo nosso).

E com o advento da Lei 14.382/2022 (BRASIL, 2022) foram trazidas mudanças significativas ao artigo 57⁷ da Lei 6.015/73 (BRASIL, 1973) para simplificar os procedimentos de alteração de sobrenomes.

Agora, a inclusão ou exclusão do sobrenome do cônjuge pode ser feita diretamente perante o oficial de registro civil e sem necessidade de autorização judicial. Essa facilidade abrange tanto o período de constância do casamento quanto após a sua dissolução, além de permitir alterações nos sobrenomes em uniões estáveis (BRASIL, 2022).

Ocorre que, apesar desses avanços, o artigo 1.578⁸ do Código Civil (BRASIL, 2002) ainda gera controvérsias sobre sua constitucionalidade.

⁷ Art. 57. A alteração posterior de sobrenomes poderá ser requerida pessoalmente perante o oficial de registro civil, com a apresentação de certidões e de documentos necessários, e será averbada nos assentos de nascimento e casamento, independentemente de autorização judicial, a fim de: (Redação dada pela Lei nº 14.382, de 2022)

I - inclusão de sobrenomes familiares; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

II - inclusão ou exclusão de sobrenome do cônjuge, na constância do casamento; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

III - exclusão de sobrenome do ex-cônjuge, após a dissolução da sociedade conjugal, por qualquer de suas causas; (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

IV - inclusão e exclusão de sobrenomes em razão de alteração das relações de filiação, inclusive para os descendentes, cônjuge ou companheiro da pessoa que teve seu estado alterado. (Incluído pela Lei nº 14.382, de 2022)

⁸ Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

O dispositivo prevê que o cônjuge declarado culpado na separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, caso solicitado pelo cônjuge inocente e desde que não haja prejuízo à identificação, à vinculação familiar ou grave dano reconhecido judicialmente.

Assim, considerando a evolução normativa e jurisprudencial que reafirmam a liberdade individual e paridade entre os cônjuges, tal restrição é vista por muitos como uma afronta à autonomia privada e aos direitos da personalidade, além de desconsiderar os valores fundamentais do direito contemporâneo.

4 (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO ART. 1.578 DO CÓDIGO CIVIL (CC)

O artigo 1.578⁹ do Código Civil (BRASIL, 2002) prevê a possibilidade da perda do sobrenome do cônjuge declarado culpado pela dissolução do casamento em razão da violação de deveres conjugais. Embora aparente resguardar valores matrimoniais, tal dispositivo levanta dúvidas sobre sua compatibilidade com a ordem constitucional, especialmente no que tange aos princípios da dignidade da pessoa humana, igualdade, liberdade individual e direitos da personalidade.

Uma corrente doutrinária defende que a Emenda Constitucional n. 66/2010¹⁰ (BRASIL, 2010), ao eliminar o instituto da separação judicial, afastou a análise de

I - evidente prejuízo para a sua identificação;

II - manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III - dano grave reconhecido na decisão judicial.

§ 1º O cônjuge inocente na ação de separação judicial poderá renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o sobrenome do outro.

§ 2º Nos demais casos caberá a opção pela conservação do nome de casado

⁹ Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

I - evidente prejuízo para a sua identificação;

II - manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III - dano grave reconhecido na decisão judicial.

§ 1º O cônjuge inocente na ação de separação judicial poderá renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o sobrenome do outro.

§ 2º Nos demais casos caberá a opção pela conservação do nome de casado

¹⁰ Art. 1º O § 6º do art. 226 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 226.

.....

§ 6º O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio."(NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data de sua publicação.

culpa na dissolução do casamento – tornando o referido artigo, por consequente, implicitamente incompatível com a nova normativa.

O Enunciado n. 1 do IBDFAM resume esse entendimento: "A Emenda Constitucional 66/2010, ao extinguir o instituto da separação judicial, afastou a perquirição da culpa na dissolução do casamento e na quantificação dos alimentos".

Neste sentido, Lôbo (2024) alega que a reforma introduzida pela Emenda Constitucional n. 66/2010, ao suprimir qualquer exigência de causa para a dissolução do vínculo matrimonial, consolidou o movimento de progressiva emancipação do Direito de Família brasileiro – fundamentado na diminuição da interferência estatal nas relações privadas e no fortalecimento da autonomia individual dos cônjuges.

Corroborando essa perspectiva, Gagliano e Pamplona Filho (2019) destacam que o abandono da concepção culposa na ruptura do matrimônio alinha-se a uma tendência global, considerada mais equitativa e razoável, notadamente diante da constatação de que o esfacelamento de uma relação conjugal não pode ser unilateralmente imputado a um dos cônjuges quando inexistente o sentimento que a sustentava.

Ainda nesse raciocínio, Pereira (2021) argumenta que a exclusão da culpa nos divórcios adveio de uma evolução histórica e refletiu transformações sociais, que englobaram uma evolução jurisprudencial, mudanças culturais e a revogação do delito de adultério em 2005.

E Farias (2004, p. 104-108) enfatiza que permitir a discussão sobre culpa na dissolução do matrimônio pode vilipendiar valores fundamentais da ordem constitucional, como a dignidade da pessoa humana, a vida privada, a intimidade, a solidariedade social e a igualdade substancial. O autor também destaca que o nome do cônjuge, por ser um direito da personalidade, não pode ser tratado como um privilégio dependente de imputações de culpa, já que o desgaste matrimonial é resultado de fatores multifacetados e acumulativos, e não de um único evento.

Outros autores, por sua vez, argumentam que o nome de casado, após a sua adoção, pertence exclusivamente a quem o utilizou regularmente – desvinculando-se de seu titular original.

Nery Junior e Nery (2014), neste sentido, sustentam que o sobrenome incorporado pelo casamento deve ser preservado como parte da identidade de quem o adotou, independentemente de culpa. Godinho e Souza (2022, p. 235-236) reforçam essa perspectiva, afirmando que o nome é inalienável, não cabendo interferência de terceiros na decisão de mantê-lo ou não após o término da relação conjugal.

Por outro lado, há quem entenda que o artigo 1.578 do Código Civil (BRASIL, 2002) não é inconstitucional. Silva (2011) argumenta que, embora o nome seja um direito da personalidade, a culpa é um elemento essencial para inserir limites nas relações jurídicas. Portanto, há de permanecer as sanções civis que regulam a inexecução dos deveres do casamento, como a perda do direito à pensão alimentícia, a reparação de danos morais e materiais a depender do caso e a perda do direito de utilização do sobrenome conjugal.

Todavia, a jurisprudência não tem se posicionado nesse sentido.

O Superior Tribunal de Justiça (STJ) já decidiu e os tribunais estaduais vêm consolidando o entendimento de que a exclusão do sobrenome só pode ocorrer com a anuência do cônjuge que o adotou – ressaltando que o nome de casado se incorpora à personalidade e se torna indisponível (BRASIL, 2018) (ESPÍRITO SANTO, 2023) (PARANÁ, 2022) (SÃO PAULO, 2021).

CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE DIVÓRCIO COM PEDIDO DE EXCLUSÃO DE PATRONÍMICO ADOTADO PELA CÔNJUGE POR OCASIÃO DO CASAMENTO. REVELIA. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO QUE NÃO É CONSEQUÊNCIA OBRIGATÓRIA DA AUSÊNCIA DE CONTESTAÇÃO. NECESSIDADE DE EXAME DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. INEXISTÊNCIA DE CONTESTAÇÃO DA QUAL NÃO SE DEDUZ CONCORDÂNCIA COM A PRÉTENSÃO DE ALTERAÇÃO DO NOME CIVIL. **EXIGÊNCIA DE MANIFESTAÇÃO EXPRESSA DA VONTADE A ESSE RESPEITO. PRESUNÇÃO DE VERACIDADE QUE NÃO ABRANGE AS QUESTÕES DE DIREITO. EFEITO DA REVELIA QUE NÃO SE OPERA, ADEMAIS, QUANDO SE TRATAR DE DIREITO INDISPONÍVEL. DIREITO AO NOME, ENQUANTO ATRIBUTO DO DIREITO DA PERSONALIDADE, QUE MERECE PROTEÇÃO, INCLUSIVE EM RAZÃO DO LONGO TEMPO DE USO CONTÍNUO.**

[...]

4- O fato de a ré ter sido revel em ação de divórcio em que se pretende, também, a exclusão do patronímico adotado por ocasião do casamento não significa concordância tácita com a modificação de seu nome civil,

quer seja porque o retorno ao nome de solteira após a dissolução do vínculo conjugal exige manifestação expressa nesse sentido, quer seja o efeito da presunção de veracidade decorrente da revelia apenas atinge às questões de fato, quer seja ainda porque os direitos indisponíveis não se submetem ao efeito da presunção da veracidade dos fatos.

5- A pretensão de alteração do nome civil para exclusão do patronímico adotado por cônjuge por ocasião do casamento, por envolver modificação substancial em um direito da personalidade, é inadmissível quando ausentes quaisquer circunstâncias que justifiquem a alteração, especialmente quando o sobrenome se encontra incorporado e consolidado em virtude do uso contínuo do patronímico pela ex-cônjuge por quase 35 anos.

6- Recurso especial conhecido e desprovido. (STJ, REsp. 1.732.807/RJ, Rel. Min. Nancy Andrighi, julgado em: 14/08/2018) (grifo nosso).

APELAÇÃO CÍVEL – DIVÓRCIO – REVELIA – SENTENÇA QUE MANTVEU O NOME DE CASADA DA RECORRENTE – ATRIBUTO DA PERSONALIDADE – DIREITO INDISPONÍVEL – POSSIBILIDADE DE REFORMA – ÔNUS SUCUMBENCIAIS – AUSENTE RESISTÊNCIA DA REQUERIDA – SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA - RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. **1. Sendo o nome, como é, atributo da personalidade, constitui direito indisponível, não se operando os efeitos da revelia, nos termos do art. 345, II, CPC. Em sendo assim, não há como olvidar que o retorno ao nome de solteira é opção da mulher, razão pela qual, comporta provimento o recurso.** [...] (TJES, Apelação Cível n. 5017910-79.2022.8.08.0035. Rel. Des. Fernando Estevam Bravin Ruy, julgado em: 26/10/2023) (grifo nosso)

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO DE FAMÍLIA. AÇÃO DE DIVÓRCIO – DECRETAÇÃO LIMINAR INDEFERIDA – INSURGÊNCIA. PARTE CONTRÁRIA POSTERIORMENTE CITADA – DISCORDÂNCIA QUANTO A DECRETAÇÃO LIMINAR DO DIVÓRCIO FUNDAMENTADA NA INEXISTÊNCIA DE PARTILHA DE BENS. DECRETAÇÃO DE DIVÓRCIO SEM A PRÉVIA PARTILHA DE BENS – POSSIBILIDADE – INTELIGÊNCIA DO ART. 1.581 DO CÓDIGO CIVIL, EM CONSONÂNCIA COM A SÚMULA 197 DO STJ. **MODIFICAÇÃO DO PATRONÍMICO DA CÔNJUGE VIRAGO – ESCOLHA DO SOBRENOME DE SOLTEIRA – DIREITO DA PERSONALIDADE – POSSIBILIDADE – PRECEDENTES.** RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. (TJPR, Apelação Cível n. 0026167-67.2022.8.16.0000. Rel. Des. Ruy Muggiati Desembargador, julgado em: 10/10/2022) (grifo nosso)

REGISTRO CIVIL. Retificação de nome. Autora que deseja suprimir o patronímico do marido, acrescentado por ocasião de seu casamento. Admissibilidade. **Direito contemporâneo que dá nova função ao nome, não apenas para designar a pessoa humana e tornar possível a identificação do sujeito de direito, mas, sobretudo, como um elemento da personalidade individual.** Ausência de intenção fraudulenta, de violação à texto de lei, ou prejuízo a terceiros. Alteração que melhora a situação social da interessada. Possibilidade. Recurso provido. (TJSP, Apelação Cível n. 1012344-74.2020.8.26.0008. Rel. Des. Francisco Loureiro, julgado em: 22/04/2021) (grifo nosso)

Além disso, com a promulgação da Lei 14.382/2022 (BRASIL, 2022), o pro-

cedimento de alteração de sobrenome foi simplificado e permitiu a inclusão ou exclusão diretamente no registro civil, sem necessidade de intervenção judicial. Contudo, permanece em vigor o artigo 1.578, que vincula a perda do sobrenome à culpa.

Assim, a constitucionalidade do artigo 1.578 do Código Civil é contestada por colocar em risco a dignidade da pessoa humana e a autonomia individual.

A atribuição de culpa, regra geral, apenas prolonga o litígio e aprofunda os conflitos entre as partes – expondo questões íntimas desnecessárias ao processo de dissolução conjugal. Outrossim, o nome, enquanto atributo da personalidade, não deve ser alterado compulsoriamente e deve ser respeitada a autonomia do indivíduo e os direitos que dela decorrem.

Deste modo, ainda que se busque proteger o cônjuge inocente, a imposição da perda do sobrenome ao cônjuge culpado pode ferir preceitos constitucionais fundamentais, como a igualdade e a liberdade individual.

O respeito à autonomia privada e à dignidade da pessoa humana deve prevalecer, garantindo que a manutenção ou alteração do sobrenome seja uma decisão pessoal e voluntária, desvinculada de imputações de culpa.

Por fim, cumpre destacar que, durante a elaboração deste artigo, encontra-se em trâmite no Senado Federal o projeto de revisão e atualização do Código Civil (BRASIL, 2024). A referida proposta legislativa, além de contemplar significativas alterações na regulamentação das relações civis, inclui a revogação do artigo 1.578 – indicando uma tendência de reconhecimento dos direitos à personalidade e valorização da dignidade da pessoa humana e da igualdade substancial.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao consolidar o Estado Democrático de Direito, a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB/88) reafirmou o compromisso com a igualdade material e a dignidade da pessoa humana. Esse marco normativo trouxe metas e deveres voltados à construção de uma sociedade mais justa, pluralista e solidária, promovendo transformações significativas em todos os ramos do Direito.

Nesse contexto, a constitucionalização dos institutos familiares foi fundamental para o abandono de paradigmas tradicionais e promoveu a igualdade entre os gêneros, a valorização da afetividade e o respeito à autonomia individual.

A análise apresentada neste artigo evidencia que essa transformação trouxe avanços significativos, mas também revelou desafios persistentes, como a compatibilidade do artigo 1.578¹¹ do Código Civil com a normativa constitucional.

Assim, por meio da pesquisa bibliográfica e da leitura sistemática, verificou-se que a regra geral no Direito de Família é a preservação do nome adquirido no casamento ou na união estável, com base na autonomia privada e no direito da personalidade. A manutenção do artigo 1.578, contudo, vincula a perda do sobrenome à culpa – desconsiderando a evolução normativa e jurisprudencial que privilegiou a igualdade e a liberdade individual.

Tal dispositivo não apenas fere a dignidade da pessoa humana, mas também transforma o processo de dissolução conjugal em uma arena de disputas subjetivas, prejudicando a finalidade constitucional de proteção às relações familiares.

Ainda, destacou-se que o nome, enquanto atributo essencial da personalidade, deve ser preservado e protegido. Isso porque a perda compulsória do sobrenome do cônjuge declarado culpado viola não apenas o direito à identidade, mas também valores como a solidariedade e o respeito à intimidade.

A jurisprudência analisada corroborou a necessidade de desvincular o uso do nome conjugal de imputações de culpa e reafirmou a importância de preservar a estabilidade das relações jurídicas e a autonomia dos indivíduos.

¹¹ Art. 1.578. O cônjuge declarado culpado na ação de separação judicial perde o direito de usar o sobrenome do outro, desde que expressamente requerido pelo cônjuge inocente e se a alteração não acarretar:

I - evidente prejuízo para a sua identificação;

II - manifesta distinção entre o seu nome de família e o dos filhos havidos da união dissolvida;

III - dano grave reconhecido na decisão judicial.

§ 1º O cônjuge inocente na ação de separação judicial poderá renunciar, a qualquer momento, ao direito de usar o sobrenome do outro.

§ 2º Nos demais casos caberá a opção pela conservação do nome de casado

Portanto, ficou evidenciado que, à luz da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o artigo 1.578 do Código Civil carece de compatibilidade material com os princípios da dignidade humana e da igualdade. E enquanto o ordenamento jurídico brasileiro avança na consolidação de preceitos constitucionais, dispositivos como este impõem retrocessos que desafiam a busca por um sistema mais inclusivo e harmônico.

O respeito à dignidade da pessoa humana e à liberdade individual deve ser o norte para qualquer reforma normativa no âmbito do Direito de Família. A efetivação desses valores é essencial para a construção de uma sociedade que, de fato, concretize os ideais de justiça e solidariedade.

REFERÊNCIAS

BARCELLOS, Ana Paula de; BARROSO, Luís Roberto. **O começo da história. A nova interpretação constitucional e o papel dos princípios no Direito Brasileiro**. Rio de Janeiro: Revista da EMERJ, v. 6, n. 23, 2003. Disponível em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/revistaemerj_online/edicoes/revista23/revista23_25.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. **Código Civil Brasileiro**. Brasília, DF: Presidência da República, 2002. Diário Oficial da União, 11, jan. 2002. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10406compilada.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. **Emenda Constitucional n. 66, de 13 de julho de 2010**. Dá nova redação ao § 6º do art. 226 da Constituição Federal, que dispõe sobre a dissolubilidade do casamento civil pelo divórcio, suprimindo o requisito de prévia separação judicial por mais de 1 (um) ano ou de comprovada separação de fato por mais de 2 (dois) anos. Brasília, DF: Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc66.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. **Lei n. 6.015, de 31 de dezembro de 1973**. Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1973. Diário Oficial da União, 31 dez. 1973. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.382, de 27 de junho de 2022.** Dispõe sobre o Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (Serp); altera as Leis nºs 4.591, de 16 de dezembro de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei de Registros Públicos), 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), 11.977, de 7 de julho de 2009, 13.097, de 19 de janeiro de 2015, e 13.465, de 11 de julho de 2017; e revoga a Lei nº 9.042, de 9 de maio de 1995, e dispositivos das Leis nºs 4.864, de 29 de novembro de 1965, 8.212, de 24 de julho de 1991, 12.441, de 11 de julho de 2011, 12.810, de 15 de maio de 2013, e 14.195, de 26 de agosto de 2021. Brasília, DF: Presidência da República, 2022. Diário Oficial da União, 22 dez. 2022. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14382.htm. Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 662.799 - MG** (2004/0051849-1). Distrito Federal. Relator: Min. Castro Filho. 8 nov. 2005. Disponível em: <https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=591979&tipo=0&nreg=200400518491&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20051128&formato=PDF&salvar=false> Acesso em: 5 mai. 2025.

BRASIL. Superior Tribunal de Justiça. **Recurso Especial n. 1.732.807 - RJ** (2018/0072748-9). Distrito Federal. Relator: Min. Nancy Andrighi. 14 ago. 2018. Disponível em: https://processo.stj.jus.br/SCON/GetInteiroTeorDoAcordao?num_registro=201800727489&dt_publicacao=17/08/2018 Acesso em: 5 mai. 2025.

CALDERÓN, Ricardo. **Princípio da afetividade no direito de família.** Entre Aspas: A Revista da Unicorp. Disponível em: <http://unicorp.tjba.jus.br/unicorp/pdfrevistas/principio-da-afetividade-no-direito-de-familia/> Acesso em 5 mai. 2025.

DIAS, Maria Berenice. **Manual de Direito das Famílias.** 3 ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017.

ESPÍRITO SANTO. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 5017910-79.2022.8.08.0035 (Acórdão).** Relator: Fernando Estevam Bravin Ruy. 26 out. 2023. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000029036241/Ac%C3%B3rd%C3%A3o-0001517-64.2023.8.16.0179> Acesso em: 5 mai. 2025.

FACHIN, Luiz Edson. **Teoria Crítica do Direito Civil.** 3. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2012.

FARIAS, Cristiano Chaves de. **A proclamação da liberdade de não permanecer casado (ou um réquiem para a culpa na dissolução das relações afetivas).** Rio de Janeiro, Rev. Minist. Público, 19, 2004.

FARIAS, Cristiano Chaves de Farias; ROSENVALD, Nelson. **Curso de Direito Civil: Parte geral e LINDB**. 13. ed. rev., ampl. e atual. São Paulo: Atlas, 2015.

GAGLIANO, Pablo Stolze; PAMPLONA FILHO, Rodolfo. **Novo curso de direito civil**. 9. ed., vol. 6, São Paulo: Saraiva Educação, 2019. *E-book*.

GODINHO, Jéssica Rodrigues; SOUZA, Wallace Fabrício Paiva. Reflexões sobre a culpa no Direito Civil Brasileiro. *In*: VIAL, René (Coord.). **20 anos do código civil reflexões sobre avanços e desafios**. Belo Horizonte: Editora Expert, 2022, pp. 223-252. Disponível em: <https://experteditora.com.br/wp-content/uploads/2022/12/Codigo-Civil.pdf> Acesso em: 5 mai. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO DE FAMÍLIA (IBDFAM). Enunciado n. 1. A Emenda Constitucional 66/2010, ao extinguir o instituto da separação judicial, afastou a perquirição da culpa na dissolução do casamento e na quantificação dos alimentos. Aprovado no IX Congresso Brasileiro de Direito de Família. Belo Horizonte: IBDFAM, 2013.

LÔBO, Paulo. **Direito Civil – Famílias**. 14. ed., vol. 5, São Paulo: Saraiva Jur, 2024. *E-book*.

MADALENO, Rolf. **Manual de direito de família**. 4. ed., Rio de Janeiro: Forense, 2022.

MATO GROSSO DO SUL. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 0803325-39.2020.8.12.0001**. Relator: Des. Vladimir Abreu da Silva. 19 mai. 2022. Disponível em: <https://esaj.tjms.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=1258487&cdForo=0> Acesso em: 5 mai. 2025.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível 1.0000.22.004547-0/001**. Relator: Des. Luís Carlos Gambogi. 24 mar. 2022. Disponível em: <https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaPalavrasEspelhoAcor-dao.do?&numeroRegistro=2&totalLinhas=5&paginaNumero=2&linhasPorPagina=1&palavras=sobrenome%20uni%E3o%20est%E1vel&pesquisar-Por=ementa&orderByData=2&referenciaLegislativa=Clique%20na%20lupa%20para%20pesquisar%20as%20refer%EAncias%20cadas-tradas...&pesquisaPalavras=Pesquisar&> Acesso em: 5 mai. 2025.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível 1.0024.09.476564-1/001**. Relator: Des. Ernane Fidélis. 13 out. 2009. Disponível em: https://www5.tjmg.jus.br/jurisprudencia/pesquisaNumeroCNJEspelhoAcor-dao.do;jsessionid=E6E5B714013787BB8FDF8EE34D097DDF.juri_node2?numeroRegistro=1&totalLinhas=1&linhasPorPagina=10&numeroUnico=4765641-96.2009.8.13.0024&pesquisaNumeroCNJ=Pesquisar Acesso em: 5 mai. 2025.

MUNIZ, Francisco José Ferreira; OLIVEIRA, José Lamartine Corrêa de. **Curso de Direito de Família**. 4. ed. Curitiba: Juruá, 2001.

NERY, Rosa Maria de Andrade. **Manual de direito civil: família**. Revista dos Tribunais, 2013. *E-book*.

NERY JUNIOR, Nelson; NERY, Rosa Maria de Andrade. **Código Civil Comentado - Ed. 2014**. Revista dos Tribunais, 2014. *E-book*.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 0000602-49.2022.8.16.0179 (Acórdão)**. Relator: Ricardo Augusto Reis de Macedo. 05 dez. 2022. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000021852571/Ac%C3%B3-0000602-49.2022.8.16.0179> Acesso em: 5 mai. 2025.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 0001517-64.2023.8.16.0179 (Acórdão)**. Relator: Tito Campos de Paula Desembargador. 09 set. 2024. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000029036241/Ac%C3%B3-0001517-64.2023.8.16.0179> Acesso em: 5 mai. 2025.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 0004197-66.2016.8.16.0179 (Acórdão)**. Relator: Mario Nini Azzolini Desembargador. 22 abr. 2019. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000008630731/Ac%C3%B3-0004197-66.2016.8.16.0179> Acesso em: 5 mai. 2025.

PARANÁ. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 0026167-67.2022.8.16.0000 (Acórdão)**. Relator: Ruy Muggiati Desembargador. 10 out. 2022. Disponível em: <https://portal.tjpr.jus.br/jurisprudencia/j/4100000021117391/Ac%C3%B3-0026167-67.2022.8.16.0000> Acesso em: 5 mai. 2025.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. **Direito das Famílias**, prefácio Min. Edson Fachin. 2. ed., rev, atual. e ampl.m Rio de Janeiro: Forense, 2021

SÃO PAULO. Tribunal de Justiça. **Apelação Cível n. 1012344-74.2020.8.26.0008 (Acórdão)**. Relator: Francisco Loureiro. 22 abr. 2021. Disponível em: <https://esaj.tjsp.jus.br/cjsg/getArquivo.do?cdAcordao=14561820&cdForo=0> Acesso em: 5 mai. 2025.

SCHREIBER, Anderson. **Manual de Direito Civil Contemporâneo** 7. ed., São Paulo: SaraivaJur, 2024.

SENADO FEDERAL. **Anteprojeto de lei para revisão e atualização da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que institui o Código Civil.** Brasília, DF: Senado Federal, 2024. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/assessoria-de-imprensa/arquivos/anteprojeto-codigo-civil-comissao-de-juristas-2023_2024.pdf. Acesso em: 5 mai. 2025.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo.** 39. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

SILVA, Regina Beatriz Tavares. **Culpa deve ser decretada na separação e divórcio.** JusBrasil, 2011. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/artigo-culpa-deve-ser-decretada-na-separacao-e-divorcio-por-regina-beatriz-tavares-da-silva/2674038> Acesso em: 5 mai. 2025.

TARTUCE, Flávio. **Manual de Direito Civil:** volume único. 12. ed. rev., ampl. e atual., Rio de Janeiro, Método, 2022. *E-book*.